

Empresários exigem livre negociação

FAZER
PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

"Ampla liberdade de trabalho para todos, sem restrições constitucionais ou de leis ordinárias que tolham a livre negociação, onerem a atividade empresarial e neguem ao trabalhador a justa remuneração de mercado e o acesso a maiores ganhos, através do aumento da produção e da produtividade." A reivindicação consta da "Carta aberta aos constituintes", divulgada ontem por cerca de 400 empresários reunidos em Porto Alegre no Encontro de Lideranças do Comércio pela Liberdade Empresarial.

Os empresários rejeitam a estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho e a proibição de horas extras — propostas que estão no anteprojeto de Constituição — sob o argumento de que as conquistas trabalhistas devem resultar da livre negociação, ajustando-se às peculiaridades de cada empresa ou setor. Para eles, "o texto constitucional há de consagrar apenas o princípio de liberdade de contratar e a de livre negociação".

A carta, assinada por 16 entidades de classe, que representam mais de 300 mil empresas dos setores primário, industrial e comercial, será levada hoje aos constituintes, em Brasília, e publicada nos jornais. No documento, os empresários destacam que a democracia representativa e pluralista "só é executável quando exercida sobre a base da democracia econômica". Afirmam ainda que a nova Constituição deve definir com exatidão os poderes do Estado para que se possa acabar com a ação paternalista dos poderes públicos e as intervenções indevidas na economia e na liberdade individual, que "já provaram sobejamente ser contrárias ao desenvolvimento do País".

A perspectiva de um aumento da carga fiscal, provocado pela criação de novos tributos, também preocupa os empresários, que fizeram outro alerta: dos debates deve ser elaborada uma constituição que "sirva não a uns ou outros segmentos da sociedade, mas a todos os brasileiros". Por isso, eles confiam na atuação dos constituintes "autenticamente democratas", que poderão formalizar uma Carta duradoura. Assim, o País finalmente alcançaria "o irreversível patamar da liberdade com produção, da liberdade com paz social e da liberdade com justiça".

Cesar Rogério Valente, presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, que promoveu o encontro dos empresários, alertou que deve ser evitado o risco de que a sociedade se decepcione com o resultado da Constituinte. Ele teme que, se isso ocorrer, estará formado um quadro favorável ao retrocesso. "No momento em que cada um tiver a nova Carta, verá que sua vida não mudou nada e, quando todos concluírem que o País está na mesma, poderão ter saudade de períodos menos convenientes, como o do fechamento institucional."

Emenda

Uma emenda respaldada por 33 mil assinaturas de comerciantes, industriais e agropecuaristas gaúchos será entregue hoje à tarde ao relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral. A proposta reivindica basicamente a retirada da estabilidade no emprego do anteprojeto de Constituição e será levada por 190 empresários liderados pelo presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Mandelli. A comitiva apresentará cópias da emenda ao presidente José Sarney, ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e ao ministro Paulo Brossard.

Além da emenda contra a estabilidade, os empresários gaúchos vão pedir a rejeição das propostas de redução da jornada de trabalho e do direito irrestrito de greve. Segundo Mandelli, a aprovação dessas propostas provocaria o fim da livre iniciativa e a falência da economia brasileira. A emenda dos empresários prevê a substituição da estabilidade por uma garantia no emprego, estabelecendo ainda indenização proporcional e progressiva ao tempo de serviço. A proposta foi formalizada durante o encontro promovido pelo Movimento pela Livre Iniciativa, no dia 7 de julho, em Esteio, na região metropolitana de Porto Alegre.



Lula tenta acalmar os manifestantes que gritam palavras de ordem, contra Ulysses

CUT hostiliza Ulysses na entrega de emendas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ato público de entrega coletiva de propostas de emendas populares à Constituinte, promovido por 20 entidades civis, acabou se transformando numa manifestação de hostilidade contra o deputado Ulysses Guimarães e a favor da eleição presidencial em 88. Cerca de duas mil pessoas participaram do ato, realizado ontem no Salão Negro do Congresso. Aos gritos de "traidor", "puxa-saco do Sarney" e "diretas já", o presidente da Constituinte recebeu das mãos do presidente da CUT, Jair Meneguelli, documento que formalizou a apresentação de 18 emendas, com um total de mais de dois milhões de assinaturas. O tumulto foi tal que o líder do PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva, não pôde saudar as caravanas de vários estados que participaram do ato. Nem com o auxílio de um megafone Lula conseguiu ser ouvido, de forma que acabou adiando seu discurso para o comício que se seguiu, na rampa do Congresso, promovido pelo comitê pró-diretas do Distrito Federal.

Ulysses chegou ao Salão Negro acompanhado de grande número de constituintes. A entrada, ele parou nas escadarias e acenou para a multidão que se acotovelava no salão, entre bandeiras, faixas e estandartes. Logo veio a enxurrada de palavras de ordem contra o governo: "Tá claro, tá claro como o dia. A Nova República é a velha burguesia" e "Fora, Sarney", entre outras.

O clima ficou tenso, mas, assim mesmo, Ulysses foi para o meio do salão e subiu numa mesa de mármore, ao lado de Lula, de Meneguelli e de Aldo Arantes, líder do PC do B, para receber simbolicamente as propostas populares. O líder do PCB, Roberto Freire, não quis entrar: "Assim não dá, eles colocam torcida organizada e querem que o dr. Ulysses ganhe o jogo no campo adversário. Ai eu não entro".



Pacotes com emendas chegam ao Congresso. Só a CUT levou dois milhões de assinaturas

Enquanto Lula acenava, pedindo silêncio, Ulysses fazia um verdadeiro exercício de malabarismo, para não ter de se apoiar no líder do PT para não cair. "A última coisa que o dr. Ulysses faria hoje seria posar para os fotógrafos abraçado com o Lula" — comentou um constituinte.

Finalmente, de novo sob gritos de "traidor", Ulysses deixou o salão. Alguém gritou mais forte: "É traidor mesmo". Os agentes de segurança tentaram identificar o autor dessa manifestação como um deputado do Norte do País, mas acabaram desistindo, porque ninguém sabia ao certo o nome do parlamentar. Vários constituintes, entre eles o líder do PMDB, Mário Covas, foram até o gabinete de Ulysses em solidariedade. Covas aproveitou para marcar para hoje, às 18h54, a entrega formal da emenda popular que propõe a realização de eleições diretas para presidente da República em 88. A saída, desabafou: "O Ulysses respinga ternura". Aliás, Covas pretendia participar do ato de entrega das emendas, mas ao saber das vaias desistiu, por recear que, sendo bem recebido, o confronto pudesse ser explorado, principalmente pelos que estão jogando na implosão do PMDB.

O deputado Farabulini Júnior (PTB-SP), que esteve com Ulysses para a entrega da emenda que estabeleça paridade salarial para aposentados e pensionistas, revelou que o presidente da Constituinte lhe disse que as vaias foram uma manifestação exuberante de democracia, como há muito não se via, e que o povo "tem razão de vaia". Mas não explicou por quê.

O presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, e Joaquinão, condenou as vaias a Ulysses, salientando que a central sindical que dirige "não teve nada a ver com aquilo". Para ele, as forças progressistas devem se alinhar aos setores menos radicais da sociedade, para fazer uma boa Constituição para o País: "Divergência não constrói nada".

INVASÃO

Ontem o Congresso foi invadido por um verdadeiro exército popular: índios coloridos misturavam-se a elegantes empresários do setor publicitário (Associação Brasileira das Agências de Publicidade), que pediam a revogação do artigo do substitutivo de Bernardo Cabral que proíbe a propaganda de cigarros, remédios, bebidas e agrotóxicos. Ao mesmo tempo, mulheres gaúchas pediam a realização de um plebiscito para saber se a população brasileira quer ou não voltar ao regime monárquico.

No gabinete de Ulysses Guimarães, representantes de entidades civis reverzaram-se na entrega de emendas: sobre saúde; pela criação do Estado do Triângulo Mineiro; pela manutenção do Sesi, Sesc, Senac e Senai na iniciativa privada; e de criação do Estado do Iguacu, com o desmembramento de terras do Paraná e de Santa Catarina.

As 18 propostas apresentadas no ato de entrega coletiva referem-se à reforma agrária, com cerca de um milhão de assinaturas, patrocinada pelo Contag e outras entidades do setor; duas em favor das populações indígenas (ver página 5); outras em favor do ensino público e gratuito (com 300 mil assinaturas); sobre os direitos das crianças e dos adolescentes; pela democratização dos meios de comunicação (patrocinada pela Fenaj e CUT); contra a interferência militar na política (da UNE); pela reforma urbana (da Federação dos Arquitetos e Engenheiros); e pela suspensão do pagamento da dívida externa (patrocinada pela UNE e Conam).

A proposta sobre reforma agrária prevê que os módulos com mais de 60 mil hectares serão "automaticamente desapropriados e distribuídos aos pequenos agricultores sem terra" e propõe a imissão imediata da propriedade desapropriada e a definição de uma política agrícola voltada para a produção de alimentos.



Alecar Monteiro

PMDB tenta conter fuga de descontentes

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"O problema do PMDB é mais de entrar do que de sair", ironizou ontem o deputado Ulysses Guimarães, sem negar a notícia de que setores do PMDB examinam a possibilidade de deixar o partido para criar outro, de orientação socialista. Ulysses tem mantido vários encontros com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, e com o senador Fernando Henrique Cardoso, prováveis "baixas" no PMDB, e acha que eles não deverão se definir antes do final do ano.

Anteontem, num encontro com o ministro, Ulysses tentou fazê-lo desistir da idéia de ingressar na PSB ou criar outro partido. "Disse a ele que a política brasileira é plena de imprevistos e a História está aí para provar", afirmou, reconhecendo que Pazzianotto está "mal acomodado" no partido em São Paulo. Candidato a candidato a prefeito da Capital, o ministro deve ouvir o conselho e aguardar alguns meses antes de se decidir.

Já Fernando Henrique Cardoso, admitiu Ulysses, deve estar-se sentindo "inquieto" diante das pressões, de um lado, de Almino Afonso e, de outro, do senador Mário Covas. Todos estão empenhados em conseguir uma vaga para disputar o Palácio dos Bandeirantes. Mesmo assim, o presidente do PMDB acredita que Fernando Henrique não tomará

qualquer decisão precipitada. Recorreu, porém, que a proximidade das eleições municipais causará problemas, já que nem todos conseguirão legendas partidárias para concorrer ao cargo.

O ex-ministro Fernando Lyra (PMDB-PE), entretanto, está confiante na possibilidade de Pazzianotto e Fernando Henrique optarem por outra legenda. "O Fernando Henrique entre nós é condição fundamental para o êxito do movimento", afirmou. O senador Mário Covas, segundo ele, não sairá do PMDB a curto prazo. "Com o tempo, o Covas acabará se aproximando", previu. Fernando Lyra acredita que não há espaço para Covas no mesmo partido de Ulysses Guimarães, que não abre mão do comando e da candidatura presidencial. "Não dá mais para ficar olhando o PMDB girar só em torno de Ulysses", comentou.

O próprio senador Mário Covas garantiu que não está apoiando o MUP (Movimento de Unidade Progressista), que seria a base do novo partido — talvez um Partido Progressista. Covas entende que, antes de pensar na implosão, o PMDB deveria lutar para cumprir os compromissos assumidos há mais de 20 anos com a sociedade. O senador não admite a possibilidade de deixar o seu partido, mas confessou que teve uma série de decepções, inclusive na Constituinte.

Grupo liberal reúne-se hoje às 10 horas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Hoje se realiza a primeira reunião formal do Centro Liberal, a partir das 10 horas, no Carlton Hotel, em Brasília. Segundo previsão de um dos organizadores do grupo, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), de 300 a 305 constituintes vão aderir. "Será o bloco da maioria, que se organiza para dotar o Brasil de uma Constituição capaz de promover o desenvolvimento com liberdade, cuja meta seja o homem", afirma Cardoso Alves.

Entre os objetivos do Centro Liberal, ainda conforme o deputado peemedebista de São Paulo, está "a livre iniciativa como força propulsora do desenvolvimento" e a justiça social, "como base de vida digna e pacífica para todos os brasileiros". Amaral Neto (PDS-RJ) contabilizava ontem a adesão de 33 deputados do seu partido ao novo grupo, informando faltar apenas as assinaturas do senador Lavoisier Maia (RN) e das deputadas Wilma Maia (RN) e Miriam Portela (PI), que já teriam se comprometido a integrar o movimento.

Amaral Neto, porém, discorda do local escolhido para o encontro. "Político não foi feito para se reunir em hotel. Por que se reunir em hotel, se temos um bocado de dependências disponíveis no Congresso?" Já o líder do PTB, Gastone Righi (SP), não dá maior importância ao local da reunião do Centro Liberal: "O importante é que o grupo vai se organizar". E se confessa otimista. "Só há um bloco, o majoritário. Quando todo o mundo perceber isso, ele vai se adensar".

O bloco terá de 301 a 302 constituintes de centro que apóiam os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, acredita o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um parlamentar que goza da reputação de fazer certas projeções estatísticas no Congresso. Por sua vez, o deputado Alceci Guerra (PFL-PR), crítico constante do PMDB e do governo Sarney, prefere manifestar-se contrário à iniciativa. E argumenta que, pelo tipo de políticos que está atraindo, o Centro Liberal "vai terminar apoiando Sarney". E conclui: "Não participo de grupos que levem a alinhamentos automáticos".

Substitutivo junta itens de consenso

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, entregará segunda-feira às lideranças do PMDB — e depois às lideranças dos demais partidos — o substitutivo da futura Constituição, feito a partir das contribuições de quatro diferentes grupos de constituintes. O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, explicou que o documento engloba os temas polêmicos e não polêmicos, discutidos conjuntamente pelos grupos interessados no consenso — atingido na maioria das questões.

As 10 horas de hoje, Bernardo Cabral recebe o substitutivo do grupo liderado pelo senador José Richa em acordo com o grupo suprapartidário, liderado pelo deputado Euclides Scalco. O substitutivo, chamado Hércules, na redação final, foi reduzido a 219 artigos e conseguiu chegar a acordo em quase todos os itens discutidos, até mesmo a reforma agrária, tido como o mais controverso.

Segundo Fernando Henrique, o esboço de Bernardo Cabral manterá os dispositivos originais referentes aos cinco anos de mandato presidencial e regime parlamentarista de governo, duas questões que não foram debatidas pelos grupos interessados no consenso, que as consideraram convicções pessoais, só podendo ser resolvidas em plenário, pelo voto.

Até dia 23, o substitutivo do relator Bernardo Cabral será entregue à Comissão de Sistematização, podendo receber emendas quanto ao mérito até dia 29. As emendas serão apreciadas até dia 7 de setembro, quando o substitutivo estará pronto para ir a plenário para discussão e votação de emendas. Nas reuniões finais, antes da apresentação do esboço, será debatida a questão da realização de plebiscito para aprovar a nova Constituição ou seus pontos mais polêmicos.

Os grupos de consenso e suprapartidário concordaram na questão urbana, educação, saúde, comunicações, sistema financeiro, tributário e seguridade. Com relação à anistia para os militares ainda há dúvidas.